

REPÚBLICA DE



CABO VERDE

# BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO — 40\$00

*Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.*

*O preço dos anúncios é de 10\$ a linha. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas ou com tabelas intercaladas no texto será o respectivo espaço acrescentado de 30%. Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.*

**ASSINATURAS:**

	Ano	Semestre
Para o país	1 000\$00	600\$00
Para outros países	1 800\$00	1 000\$00
AVULSO: por cada duas páginas:	4\$00	

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

*Todos os originais com destino ao Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional até às 16 horas de Quinta-feira de cada semana.*

*Os que o forem depois da data fixada ficarão para o número da semana seguinte.*

*Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo selo branco.*

**AVISO**

Os Ex.<sup>mos</sup> assinantes do *Boletim Oficial* são avisados de que devem renovar ou inscrever as suas assinaturas para 1985, até 31 de Dezembro do corrente ano.

O respectivo expediente encerra-se impreterivelmente nessa data, sendo considerados de venda avulsa os números publicados posteriormente.

As guias modelo B comprovativas do pagamento das assinaturas nas recebedorias de Finanças dos concelhos do País, deverão ser enviadas à Imprensa Nacional de modo a darem entrada antes de 1 de Janeiro, sem o que as inscrições serão feitas à data da recepção sujeitando-se os interessados ao pagamento avulso dos números publicados depois de 31 de Dezembro. As demais condições de assinatura, sua remessa e direitos inerentes, são as que constam das Portarias n.ºs 33/77 e 11/82, insertas nos *Boletins Oficiais* n.ºs 41/77 e 9/82, respectivamente.

**SUMÁRIO**

**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES:**

**Portaria n.º 80/84:**

Aprova o regulamento de pessoal de tráfego estiva nos Portos de Cabo Verde.

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:**

**Portaria n.º 81/84:**

Cria as zonas judiciais de Preguiça, Queimadas e Cachaço, na Sub-Região de S. Nicolau.

**Despacho:**

Homologando os Tribunais de Zona de Preguiça, Queimadas e Cachaço.

**Despacho:**

Homologando novamente o Tribunal de Zona da Várzea, com sede na Região Judicial da Praia.

**Assembleia Nacional Popular:**

Secretaria-Geral.

**Gabinete do Primeiro Ministro:**

Direcção-Geral da Função Pública.

Avisos e anúncios oficiais.

Contas e balancetes diversos.

NOTA: — No dia 14 do corrente mês, foi publicado um Suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 49/84, com o seguinte sumário.

**Gabinete do Primeiro Ministro:**

Direcção-Geral da Função Pública.

**Ministério do Interior:**

Direcção-Geral da Administração Interna.

Contas e balancetes diversos.

Avisos e anúncios oficiais.

**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**

Portaria n.º 80/84

de 22 de Dezembro

Considerando a necessidade de adequar e actualizar a regulamentação das actividades dos nossos portos bem como as relações de trabalho que neles se desenvolvem, por forma a consagrar uma concepção laboral eficaz e mais conforme com os objectivos de desenvolvimento social e económico do país.

Ouvidos os Serviços e Organismos competentes.

Manda o Governo da República de Cabo Verde, pelo Ministro dos Transportes e Comunicações, o seguinte:

Artigo 1.º É aprovado o Regulamento de Pessoal de Tráfego e Estiva nos Portos de Cabo Verde.

Art. 2.º A presente portaria entra em vigor no dia 1 de Janeiro de 1985.

Ministério dos Transportes e Comunicações, 22 de Dezembro de 1984. — O Ministro, *Herculano Vieira*.

## Regulamento do pessoal de tráfego e estiva nos portos de Cabo Verde

### CAPÍTULO I

#### Âmbito da aplicação

##### Artigo 1.º

1. O presente Regulamento rege as relações de trabalho entre a ENAPOR-EP e os trabalhadores que lhe prestam serviço de estiva ou desestiva, carga ou descarga de mercadorias e respectivas operações complementares quer se trate de trabalhadores efectivos quer de recrutados ao dia ou até à conclusão de determinada tarefa, salvo disposição expressa em contrário.

2. São abrangidas pelo presente Regulamento as operações de baldeação nos navios atracados aos cais ou fundeados ao largo.

##### Artigo 2.º

Estão sujeitos ao presente Regulamento os trabalhadores das seguintes categorias profissionais por ordem hierárquica:

- a) Controlador (principal, de 1.ª e de 2.ª classes);
- b) Apontador (de 1.ª e de 2.ª classes);
- c) Conferente (de 1.ª e de 2.ª classes e auxiliar);
- d) Portaló e guincheiro (de 1.ª e de 2.ª classes);
- e) Estivador (de 1.ª e de 2.ª classes);
- f) Operador de armazém.

##### Artigo 3.º

1. Salvo o disposto no número seguinte, só poderão ser recrutados ao dia ou por tarefas para prestar os serviços referidos no artigo 1.º os trabalhadores que se encontrem inscritos na ENAPOR nas categorias indicadas no artigo 2.º

2. Em caso de insuficiência de trabalhadores inscritos para satisfação das necessidades de mão-de-obra portuária, poderão ser recrutados trabalhadores não inscritos.

### CAPÍTULO II

#### Das condições de inscrição e promoção

##### Artigo 4.º

1. Só podem matricular-se nas categorias profissionais indicadas no artigo 3.º os trabalhadores que possuam:

- a) Idade exigidas para a categoria;
- b) Habilitação escolar não inferior à mínima exigida para a categoria;
- c) Robustez física necessária para o exercício das funções da categoria;
- d) Bom comportamento moral e cívico;
- e) Carteira profissional.

2. As idades mínimas para matrícula são as seguintes:

- a) Para conferente e controlador: 25 anos;
- b) Para as restantes categorias: 18 anos

3. A idade máxima exigida para a primeira matrícula é de 30 anos.

4. A habilitação escolar mínima exigida para a matrícula nas categorias profissionais referidas no artigo 2.º é a 4.º, classe de ensino básico elementar.

Para as categorias de controlador, conferente e apontador, a habilitação mínima exigida é o 2.º ano do Ciclo Preparatório.

5. A robustez física prova-se por atestado médico passado pelo serviços oficiais de Saúde.

6. O bom comportamento moral e cívico prova-se por certificado de registo criminal e ou por abonação de duas pessoas idóneas.

##### Artigo 5.º

1. A primeira inscrição é feita precedendo concurso, por ordem de classificação, salvo o disposto no número seguinte, nas categorias de base, ascendendo o trabalhador às categorias superiores por promoção.

2. O trabalhador poderá porém, ouvida a Comissão de trabalhadores e a Comissão Sindical, ser matriculado na categoria superior à base, quando o seu curriculum e a aptidão profissional demonstrada durante o período experimental o justifiquem.

3. O Director-Geral estabelecerá, por ordem de serviço genérica e válida por um ano, o processo, o programa e as condições de concurso, bem como os métodos de avaliação.

##### Artigo 6.º

Constitui promoção a passagem de um trabalhador a outra categoria a que corresponda retribuição-base mais elevada.

##### Artigo 7.º

Todos os trabalhadores inscritos pela primeira vez estão sujeitos a um período de experiência de dois meses, nos termos da lei.

##### Artigo 8.º

As promoções efectuar-se-ão, havendo vagas, por concurso, por escolha e por mérito.

##### Artigo 9.º

1. É por escolha a promoção às categorias de controlador e conferente.

2. Só poderão ascender às categorias referidas no número antecedente, os trabalhadores da classe máxima da categoria imediatamente inferior com pelo menos dois anos com classificação de bom.

3. As mudanças de classe dentro das categorias referidas neste artigo são condicionadas unicamente ao decurso de um ano de bom trabalho na classe imediatamente inferior e à existência de vagas.

4. O cargo de controlador principal só pode ser exercido por trabalhador efectivo da empresa, livremente designado pelo Director-Geral da ENAPOR.

Artigo 10.º

1. As promoções às categorias não referidas no artigo antecedente são feitas mediante concurso e de conformidade com as classificações obtidas.

2. A Empresa estabelecerá, por ordem de serviço genérica e válida por um ano, o processo, o programa e as condições dos concursos bem como os métodos de avaliação, sem prejuízo, do disposto nos números seguintes.

3. Só poderão ser promovidos os trabalhadores com pelo menos dois anos de trabalho na categoria imediatamente inferior.

4. As mudanças de classe dentro das categorias abrangidas pelo presente artigo são condicionadas unicamente ao decurso de um ano de bom trabalho na classe imediatamente inferior e à existência de vagas. Em casos excepcionais de produtividade e zelo, poderá a empresa determinar a mudança de classe depois de seis meses de trabalho na classe imediatamente inferior, ouvida a Comissão de Trabalhadores e a Comissão Sindical.

Artigo 11.º

1. Condicionado a existência de vagas, a Empresa poderá proceder a promoção por mérito de trabalhadores que se tenham evidenciado pela sua excepcional produtividade, competência, porte, dedicação e zelo. As promoções por méritos competem ao Director-Geral sob proposta do responsável directo duma comissão composta por um representante da Comissão de trabalhadores da Empresa, ouvida à Comissão Sindical.

2. As promoções por méritos não estão sujeitas aos condicionamentos estabelecidos nos artigos antecedente sendo de 1 ano o tempo mínimo de trabalho exigido na categoria imediatamente inferior.

Artigo 12.º

Nos casos de concurso, para primeira inscrição ou para promoção, em igualdade de classificação, observar-se-ão, pela ordem indicada, os seguintes critérios de preferência:

- a) Estar a prestar serviço à Empresa;
- b) Classe superior;
- c) Maiores habilitações escolares;
- d) Maior antiguidade na classe;
- e) Maior antiguidade na Empresa.

CAPÍTULO III

Dos direitos e deveres dos trabalhadores

Artigo 13.º

O trabalhador tem, nomeadamente, os seguintes direitos e garantias:

- a) Ser ocupado efectivamente em funções ou tarefas compatíveis com a sua categoria profissional, salvo o direito de variação nos termos da lei;
- b) Fazer carreira profissional nos termos deste Regulamento;
- c) Receber a retribuição e usufrir dos benefícios e regalias;
- d) Exercer actividade sindical e política na Empresa e fora dela sem prejuízo para o trabalho da entidade;

- e) Eleger e ser eleito para organismo representativo dos trabalhadores da Empresa;
- f) Gozar efectivamente os períodos de repouso legalmente estabelecidos;
- g) Beneficiar de boas condições de higiene, salubridade e de segurança no trabalho;
- h) Beneficiar de formação profissional dada pela Empresa e de facilidades para a sua promoção sócio-cultural;
- i) Ser tratado com urbanidade, respeito e consideração pela sua dignidade por todos aqueles com quem tenha de contactar no âmbito da sua actividade profissional;
- j) Queixar-se verbalmente ou por escrito, contra superior hierárquico;
- k) Não ser disciplinarmente punido com pena equivalente ou superior à de multa sem precedência de processo disciplinar em que lhe tenha sido dadas garantias de defesa;
- l) Ser reintegrado e/ou indemnizado em caso de despedimento sem justa causa;
- m) Ser-lhe passado pela empresa, durante a vigência da relação de trabalho ou após a sua cessação, seja qual for o motivo desta, certificado donde consta o tempo de serviço prestado e as funções ou cargos desempenhados bem como outras referências, se expressamente requeridos por escrito pelo interessado;
- n) Outros que lhe sejam conferidos por este Regulamento ou pela lei.

Artigo 14.º

O trabalhador está sujeito aos seguintes deveres:

- a) Comparecer ao serviço com pontualidade e assiduidade;
- b) Exercer de forma diligente, leal e conscienciosa as funções que lhe forem cometidas de harmonia com as suas aptidões e categorias profissionais;
- c) Não se ausentar do local de trabalho sem autorização do seu imediato superior hierárquico;
- d) Observar os regulamentos e normas estabelecidos, nomeadamente os relativos à segurança no trabalho;
- e) Cumprir as ordens e instruções dos seus superiores hierárquicos, em objecto de serviço, e nos limites dos respectivos poderes de direcção;
- f) Guardar segredo profissional nos termos da lei;
- g) Respeitar e fazer-se respeitar por todos aqueles com quem profissionalmente, tenha de contactar;
- h) Agir com urbanidade e manter a devida postura em todos os actos que, directa ou indirectamente, se liguem à sua actividade profissional;
- i) Velar pela conservação do material e do património da empresa que lhe tenha sido confiado, acidentes e riscos da profissão, nomeadamente, manipular ou movimentar as mercadorias e utilizar os instrumentos de trabalho mecânicos ou não, com os cuidados necessários para que não sofram danos ou avarias;

- j) Abster-se de todo e qualquer acto de que possa resultar prejuizo ou desaparecimento das mercadorias, movimentadas ou não, ou de quaisquer outros bens, móveis ou imóveis, situados nos locais ou zonas de trabalho;
- k) Proceder com justiça em relação às infracções disciplinares dos seus subordinados;
- l) Quando colocados em funções de chefia, informar sobre os méritos e qualidades dos seus subordinados, com isenção e independência;
- m) Velar pela melhoria constante da sua formação profissional e cultural;
- n) Auxiliar na aprendizagem dos que ingressam na profissão;
- o) Não incitar a actos de indisciplina nem nelas participar;
- p) Os demais impostos por lei ou regulamento.

## CAPÍTULO IV

### SECÇÃO I

#### Organização e direcção do trabalho

##### Artigo 15.º

O planeamento, organização e direcção, coordenação e controle do trabalho e a fixação dos termos em que deve ser prestado competem a nível superior aos órgãos da empresa.

##### Artigo 16.º

1. A organização do trabalho atenderá, de forma mais adequada ao serviço, à espécie de carga, ao método de manuseamento, às características de equipamento utilizado e local de operações.

2. Na organização e execução do trabalho deverão, porém, observar-se:

- a) As exigências de higiene e segurança no trabalho;
- b) Os preceitos deste Regulamento e seus anexos;
- c) As normas emanadas das autoridades competentes, designadamente as portuárias.

##### Artigo 17.º

1. As composições padrão das equipas de estiva e desestiva e de tráfego, incluindo o pessoal especializado, são as constantes do anexo I ao presente Regulamento.

2. As composições referidas no número antecedente poderão ser alteradas pela Empresa, tendo em conta a estrita adequação do número de trabalhadores às necessidades reais e visando adaptar a organização e execução das operações nomeadamente às seguintes circunstâncias e critérios.

- a) Adopção de novos métodos ou técnicas de mecanização do trabalho;
- b) Integral aproveitamento da capacidade dos equipamentos de bordo e de terra;
- c) Variedade das cargas e seu acondicionamento das condições oferecidas pelos navios;
- d) Eliminação de tempos improdutivos;
- e) Observância de exigências relativas à higiene e segurança no trabalho.

3. A empresa não poderá constituir equipas de estiva e desestiva com mais ou com menos de 50% do número de elementos de composição-padrão, salvo o disposto para a estiva do frio.

### SECÇÃO II

#### Recrutamento de trabalhadores

##### Artigo 18.º

1. O recrutamento de trabalhadores para os trabalhos ao dia será feito diariamente, pelo apontador, à entrada do recinto portuário, em função das necessidades do serviço a realizar.

2. O recrutamento de trabalhadores até à conclusão de uma tarefa determinada será feito no dia do início desta, também pelo apontador e à entrada do recinto portuário:

3. Em regra o recrutamento para serviço requisitado até às 18 horas do dia anterior será efectuado por escala, seguindo a ordem de inscrição dos trabalhadores (recrutamento à lista), no horário estabelecido para o efeito. Para trabalhos imprevistos o recrutamento poderá fazer-se entre os trabalhadores que no momento se encontrem presentes à entrada do recinto portuário, por ordem de inscrição (água abaixo) ou por sorteio (à balda).

##### Artigo 19.º

1. No momento do recrutamento, os trabalhadores serão identificados, devendo do documento de identificação constar a categoria e a especialização, quando existam.

2. A identificação é pessoal e intransmissível. O trabalhador ficará sujeito a sanção disciplinar nos termos do artigo 53.º se ceder a sua, por qualquer título, a outrem.

##### Artigo 20.º

1. Os recrutamentos, efectuam-se nos dias úteis:

- a) 1.º conto das 07h30 às 07h50; para o trabalho a iniciar às 08h00;
- b) 2.º conto: das 13h30 às 13h50, para o trabalho a iniciar às 14h00;
- c) 3.º conto: das 17h30 às 18h00, para o trabalho a iniciar respectivamente às 20h00, 00h00 e 04h00.

2. Aos domingos e feriados haverá apenas um recrutamento, das 07h00 às 09h00, para todo o dia de trabalho.

3. Quando a situação conjuntural do porto o justifique, poderá a Empresa adoptar, provisoriamente, horário diferente de recrutamento.

##### Artigo 21.º

1. Não tendo sido possível mobilizar num recrutamento por «água abaixo» mais de cinco trabalhadores a quem, por escala, caberia a vez, gozarão os mesmos de prioridade no recrutamento (ou no 1.º conto) do dia seguinte:

2. Gozam, também de prioridade no recrutamento (ou no 1.º conto) do dia seguinte, depois dos referidos no n.º 1, os trabalhadores que não tenham completado 8 horas diárias de trabalho ou a tonclagem padrão diária estabelecida pela empresa, por facto que não lhes seja imputável.

3. Para efeitos de aplicação do n.º 2.º é contado todo o trabalho realizado pelos trabalhadores que se encontrarem de reserva, ou de reforço ou que substituíram outros, independentemente da natureza do mesmo.

Artigo 22.º

1. Os trabalhadores que sem motivo justificado, recusarem o recrutamento, ficarão sujeitos às sanções disciplinares previstas no presente Regulamento.

2. Os trabalhadores que faltarem, sem justificação a 12 chamadas seguidas ou 24 alternadas por ano cívil, em recrutamento à lista serão excluídos.

SECÇÃO III

Horário de trabalho

Artigo 23.º

1. Os períodos diários de trabalho são os seguintes:

- 1.º período: das 08h00 às 13h00.
- 2.º período: das 14h00 às 19h00.
- 3.º período: das 20h00 às 24h00.
- 4.º período: das 00h00 às 04h00.
- 5.º período: das 04h00 às 07h00.

2. Quando a situação conjuntural do porto o justifique, poderá a empresa adoptar, provisoriamente, horário diferente.

Artigo 24.º

1. Em regra, cada trabalhador, só poderá prestar serviço em um período diurno e nocturno por cada dia de trabalho, entendendo-se como tal o tempo que decorre das 08h00 de um dia às 08h00 do dia seguinte.

2. Os trabalhadores especializados poderão, sempre que necessário, prestar mais de um período diurno ou nocturno de trabalho.

3. Os trabalhadores prestarão serviço em mais de um período diurno ou nocturno de trabalho quando não seja possível recrutar pessoal suficiente no conto correspondente ao novo período. O prolongamento depende da «fala» dada durante o período das refeições ou na sua impossibilidade até duas horas antes do termo do período corrente.

Artigo 25.º

O trabalho será interrompido por um intervalo de uma hora para refeição e repouso dos trabalhadores, no seguinte horário.

- a) 1.º período: das 13h00 às 14h00.
- b) 2.º período: das 19h00 às 20h00.
- c) 3.º período: das 03h00 às 04h00.

1. Nos intervalos referidos no número antecedente só poderá haver trabalho nos casos de incêndio, água aberta, inundação, abalroação e encalhe, nos dias de entrada e saída de navios.

2. Nos casos do número 1, deverá ser facilitado aos trabalhadores, de forma escalonada e sem prejuízo da execução de serviço, um pequeno intervalo, para tomada de uma refeição suficiente e repouso.

Artigo 26.º

Os trabalhadores deverão apresentar-se no local de trabalho designado pela empresa de modo a poderem inicia-lo à hora fixada, devendo, no entanto ser considerada uma tolerância de dez minutos.

Artigo 27.º

1. Os trabalhos de cada período poderão ser prolongados em regime de horas extraordinárias, quando não se justifique um novo período de trabalho.

2. As horas extraordinárias só serão obrigatórias para o trabalhador nos seguintes casos:

- a) Quando não seja possível findar o trabalho a bordo ou em terra para saída do navio, dentro do período respectivo até o limite de 2 horas;
- b) Quando seja necessário executar operações relacionadas com a segurança, protecção ou resguardo das mercadorias.

3. Antes do início do trabalho extraordinário será atribuído uma pausa de dez minutos aos trabalhadores, sem prejuízo sensível para a execução das operações.

4. Poderá, também, ser realizado trabalho extraordinário para levantamento de mercadorias, requisitado para depois das 18h00 correndo os respectivos salários

SECÇÃO IV

Local de prestação de serviços

Artigo 28.º

Os locais de trabalho são os livremente indicados pela empresa dentro das zonas de exploração sob sua jurisdição.

Artigo 29.º

1. O embarque dos trabalhadores contratados para serviço em navios ao largo dar-se-á às horas correspondentes ao início do respectivo período, no local que for designado pela Empresa e oferece as necessárias condições de segurança.

2. O desembarque dos trabalhadores prestando serviço em navio ao largo far-se-á à hora fixada para o termo do respectivo período, salvo casos de força maior.

3. O transporte dos trabalhadores far-se-á sempre em lancha apropriada.

CAPÍTULO V

Dos salários, horas extraordinárias e trabalho nocturno

Artigo 30.º

1. Os salários-base dos trabalhadores abrangidos por este Regulamento são fixados pela empresa e estão sujeitos à aprovação do Ministro dos Transportes e Comunicações.

2. Os salários-base podem ser fixados por hora ou por tonelada.

3. Para as mercadorias referidas no anexo VI deste Regulamento, serão fixadas médias-padrão de produtividade, por tonelada/hora, pela Direcção-Geral da ENAPOR, ouvidos o Conselho de Utentes, a Comissão de Trabalhadores e o Sindicato.

4. O estipulado no número anterior terá aplicação imediata nos principais portos de importação (Praia e S. Vicente).

Artigo 31.º

O trabalho extraordinário é retribuído nos termos da lei.

Artigo 32.º

1. A retribuição do trabalho prestado em dia de descanso semanal ou feriado obrigatório, quer em período normal, quer extraordinário, é superior em 100% à retribuição a que dá direito o trabalho equivalente prestado em dia útil.

2. São obrigatórios os feriados nacionais ou municipais estabelecidos pela lei.

3. O período de sábado a tarde, para efeito de remuneração, é considerado domingo.

#### Artigo 33.º

1. A retribuição do trabalho nocturno, quer em período normal, quer em período especial, é superior em 50% à retribuição a que dá direito o trabalho equivalente prestado de dia.

2. Considera-se trabalho nocturno o prestado das 19h00 de um dia às 07h00 do dia seguinte.

#### Artigo 34.º

1. O manuseamento das cargas sujas, incómodas, tóxicas ou perigosas e explosivas constantes do anexo II e III confere ao trabalhador o direito a um acréscimo de 50% no salário base.

2. Acréscimos idênticos são também devidos, conforme couber, pelo manuseamento de quaisquer cargas quando, *pela proximidade em que se encontrem de cargas das referidas no número 1 ou pelas condições do local onde o manuseamento se processa, o trabalhador*, a bordo ou em terra, sofre de forma relevante os efeitos do carácter sujo ou incómodo destas últimas cargas ou fique sujeito aos perigos decorrentes do seu carácter tóxico, perigoso ou explosivo.

3. Os acréscimos devidos nos termos do número anterior serão suportados pelo navio tratando-se de estivadores de bordo e pela mercadoria tratando-se de estivadores de terra, sem prejuízo do pagamento da taxa regulamentar.

4. O disposto neste artigo não se aplica quando as cargas se apresentarem em contentores metálicos ou em outras embalagens ou compartimentos de estanquicidade semelhante, salvo se se verificar derrame ou fuga não imputáveis aos trabalhadores.

5. Os acréscimos são devidos unicamente pelas horas de trabalho efectivo com as cargas referidas neste artigo, salvo quando os trabalhadores tiverem sido contratados, de início, apenas e expressamente para esse trabalho.

6. Em caso de dúvida na caracterização e estiva da mercadoria, a empresa, ouvida a Inspeção Marítima, a Delegação de Saúde e o Sindicato, decidirá em conformidade.

#### Artigo 35.º

O manuseamento das cargas imundas ou avariadas por motivo de abalroação, água aberta, **encalhe ou incêndio** confere direito a um acréscimo de 50% sobre o salário base.

#### Artigo 36.º

Os acréscimos de salários por trabalho, extraordinário, nocturno e especial previstos nos artigos 33.º, 34.º e 35.º, acumulam-se quando as referidas situações de trabalho se verificarem também cumulativamente.

#### Artigo 37.º

Os salários vencem-se a partir da hora fixada para início do trabalho e são devidos por todo o período por que o trabalhador for recrutado, ainda que, por facto não imputável aos trabalhadores, o trabalho não seja realizado ou não ocupe todo o período.

#### Artigo 38.º

O pagamento dos salários é feito à semana, na sede ou delegação da ENAPOR.

### CAPÍTULO VI

#### Das férias

#### Artigo 39.º

Os trabalhadores efectivos abrangidos por este Regulamento têm direito a férias remunerados em virtude do trabalho prestado em cada ano civil.

#### Artigo 40.º

1. A duração das férias é de 30 dias por cada ano de serviço efectivo.

2. As férias fixadas neste artigo não prejudicam outras maiores, porventura estabelecidas por convenção expressa ou que a direcção da Empresa entenda conceder quando circunstâncias excepcionais o justificarem.

#### Artigo 41.º

O direito a férias é irrenunciável e não pode o seu gozo efectivo ser substituído por qualquer compensação económica ou outra, ainda que com o acordo do trabalhador, sob as penas da lei.

#### Artigo 42.º

1. As férias serão gozadas no decurso do ano civil em que se vencerem, não sendo permitido acumular no mesmo ano, férias de dois ou mais anos, salvo o disposto no número seguinte.

2. Mediante acordo entre as partes, o trabalhador poderá acumular com férias de um ano até metade das vencidas no ano anterior.

#### Artigo 43.º

1. A época do gozo das férias deve ser escolhida de comum acordo entre trabalhador e a empresa.

2. Na falta de acordo, compete à empresa a marcação das férias, comunicando à Direcção-Geral do Trabalho e do Emprego.

#### Artigo 44.º

1. Depois de fixada nos termos do artigo antecedente, a época de férias do trabalhador é inalterável, salvo acordo das partes e o disposto nos números seguintes.

2. A época de férias pode também ser alterada por razões atendíveis do trabalhador.

3. Quando, na data fixada para o início da época de férias, o trabalhador esteja temporariamente impedido de o iniciar por motivos que não lhe sejam imputáveis, será esse início deferido para o primeiro dia útil seguinte ao termo do impedimento, salvo acordo das partes em contrário.

#### Artigo 45.º

1. O gozo das férias é contínuo, salvo o disposto nos números seguintes.

2. As duas partes podem, no entanto, acordar em que as férias sejam gozadas interpoladamente, desde que pelo menos 15 dias o sejam continuamente.

3. A parte não gozada, das férias interrompidas, deverá sê-lo até ao fim do ano civil em que se iniciarem, conforme for acordado pelas partes ou na falta de acordo, determinado pela empresa.

Artigo 46.º

1. Nos casos de doença com incapacidade para o trabalho por tempo superior a 1/3 do período de férias a que tem direito, e nas situações que dão direito a faltas justificadas por nojo, ocorridos durante o gozo de férias, serão as mesmas por obrigatoriedade interrompidas.

2. O trabalhador deverá comunicar, no prazo de 48 horas a ocorrência e o seu termo, podendo a empresa exigir a prova do facto comunicado. A doença só pode ser comprovada por atestado médico.

3. A interrupção conta-se a partir da data do evento mas, quando o trabalhador, por motivo que seja imputável o comunicar depois do prazo referido em 2, contar-se-à a partir da comunicação.

4. Salvo acordo em contrário, o gozo de férias prosseguirá após o termo da doença ou do período de faltas justificadas por nojo, conforme couber.

Artigo 47.º

Sempre que se verifique a impossibilidade total ou parcial do gozo de férias já vencidas, nomeadamente por cessação da relação de trabalho, o trabalhador terá direito à retribuição correspondente ao período de férias não gozadas.

CAPÍTULO VII

Da Previdência Social

Artigo 48.º

1. Os trabalhadores dos portos da classe «A», sujeitas ao presente Regulamento, são abrangidos pelo regime nacional de Previdência Social, não se excluindo a hipótese futura da integração dos outros trabalhadores dos restantes portos.

2. Aos armadores cabe a responsabilidade pelo pagamento das cotizações devidas à Previdência Social em relação aos estivadores de bordo.

3. À Empresa cabe a responsabilidade pelo pagamento das cotizações relativas aos estivadores de terra.

CAPÍTULO VIII

Do poder disciplinar

Artigo 49.º

1. O poder disciplinar sobre os trabalhadores abrangidos por este regulamento, compete aos órgãos da Empresa, nos termos da lei, dos Estatutos da ENAPOR e dos artigos seguintes sem prejuízo da actuação de outras entidades com jurisdição nas áreas portuárias.

2. O poder disciplinar é exercido mediante processo disciplinar, salvo para aplicação da pena de admoestação.

Artigo 50.º

Considera-se infracção disciplinar o facto culposo praticado pelo trabalhador com violação de qualquer dos deveres que sobre o mesmo incide ou das normas estabelecidas pela empresa nos limites da lei.

Artigo 51.º

O procedimento disciplinar é independentemente do criminal ou outro a que eventualmente corresponda a infracção praticada pelo trabalhador, pelo que a participação desta às autoridades não prejudica a instauração do referido procedimento.

Artigo 52.º

1. A infracção disciplinar prescreve no prazo de 90 dias a contar da data em que ela teve lugar ou logo que cesse a relação de trabalho.

2. A instauração do procedimento disciplinar interrompe o prazo de prescrição referido no número antecedente, o qual continuará, no entanto, a contar da sua instauração.

3. As sanções disciplinares prescrevem no prazo de 90 dias a contar da data da decisão que as aplicou.

Artigo 53.º

1. As sanções disciplinares aplicáveis aos trabalhadores abrangidos por este Regulamento são as seguintes:

- a) Admoestação verbal;
- b) Repreensão escrita;
- c) Multa de 500\$ a 2 500\$;
- d) Suspensão do exercício de funções por período mínimo correspondente a 6 chamadas e máximo de 6 meses;
- e) Exclusão.

2. A sanção disciplinar aplicada deve ser proporcionada à gravidade da infracção e suas consequências e a culpabilidade do infractor, tomando-se ainda em conta a sua personalidade, antiguidade, cadastro disciplinar e outras circunstâncias atendíveis. Quando o arguido exerça funções de enquadramento, a sua responsabilidade será agravada.

3. A pena de exclusão só pode aplicar-se quando ocorra um comportamento muito grave do trabalhador que torne imediata e praticamente impossível a subsistência da relação de trabalho.

4. Consideram-se muito grave toda a agressão e/ou qualquer acto de violência de que resulte ou possa resultar a morte ou incapacidade para o trabalho por mais de 15 dias, os casos de furto, a prática de delitos fiscais, roubo, abuso de confiança, danos voluntários e fogo posto cometidos nos locais de trabalho relativamente às cargas objecto da prestação de serviços da Empresa e bem assim as ameaças e injúrias graves à Direcção de Empresa ou ao pessoal do enquadramento por ela designada.

5. Não pode aplicar-se mais do que uma sanção disciplinar por cada infracção.

Artigo 54.º

A entidade que mandar instaurar um processo disciplinar nomeará um instrutor, de entre os empregados da Empresa de categoria superior e que não esteja a exercer funções de ascendência hierárquica directa em relação ao arguido.

## Artigo 55.º

1. A entidade que ordenar a instauração do processo disciplinar pode suspender preventivamente o trabalhador, se a sua presença no serviço for manifestamente inconveniente, não podendo, porém, a suspensão ultrapassar trinta dias.

2. Quando, afinal, o arguido for absolvido ou punido com pena que não seja de suspensão, tem direito a receber a retribuição correspondente aos dias de escala em que esteve suspenso. Em caso de punição com pena de suspensão, o tempo em que o arguido esteve suspenso preventivamente será descontado por inteiro, na pena aplicada.

## Artigo 56.º

O processo disciplinar é sumário, inicia-se por um inquérito preliminar destinado a verificar os elementos indiciários da prática da infracção pelo presumível infractor e não está sujeito a formalidade especiais, salvo o disposto nos artigos seguintes.

## Artigo 57.º

Nenhuma sanção disciplinar superior à de multa, pode ser aplicada sem que previamente tenha sido entregue ou remetida ao arguido uma nota de culpa contendo os factos que lhe são imputados, as disposições legais ou regulamentares infringidas, o rol de testemunhas e a indicação de outros elementos de prova e sem que também lhe tenha sido dado, a possibilidade de, em prazo não superior a 5 dias úteis, apresentar a sua defesa por escrito e reparar as diligências que reputar necessárias à descoberta da verdade.

## Artigo 58.º

1. O arguido pode assistir aos actos de instrução ou nelas fazer-se representar por mandatário legalmente credenciado.

2. O Sindicato poderá representar o trabalhador.

## Artigo 59.º

Sempre que os factos constantes de processo sejam susceptíveis de determinar a aplicação de pena superior à da multa, é obrigatória a notificação da comissão de trabalhadores e da comissão sindical para emitir parecer fundamentado, no prazo de cinco dias.

## Artigo 60.º

As decisões que apliquem sanções disciplinares têm de ser fundamentadas.

## Artigo 61.º

1. São nulas as sanções disciplinares aplicadas com violação do disposto nos artigos antecedentes.

2. A nulidade implica a manutenção ou reintegração do trabalhador em todos os seus direitos, sem prejuízo da indemnizações devidas.

## Artigo 62.º

As decisões que apliquem sanções disciplinares são notificadas aos arguidos pessoalmente ou por carta registada com aviso de recepção, sob pena de ineficácia.

## Artigo 63.º

O cumprimento das sanções disciplinares inicia-se no dia seguinte ao da sua notificação.

## Artigo 64.º

As decisões que apliquem sanções disciplinares só podem ser declaradas nulas, revogadas ou modificadas por via de recurso hierárquico da Empresa ou de acção judicial.

## CAPÍTULO IX

## Disposições finais

## Artigo 65.º

As relações de trabalho entre a Empresa e os trabalhadores cessam, nos casos, termos, condições e com os efeitos prescritos nas leis de trabalho e no presente Regulamento.

## Artigo 66.º

1. O quadro dos trabalhadores efectivos da empresa abrangidos pelo presente Regulamento é o constante do anexo IV.

2. A constituição do quadro de estiva nas categorias referidas no artigo 2.º é a que se refere o anexo V, com excepção da alínea e), competindo a empresa fixar para cada ilha o respectivo número de trabalhadores.

3. No preenchimento de vagas desse quadro terão preferência, em igualdade de condições, os trabalhadores inscritos na Empresa.

4. A Empresa organizará o serviço de bordo e terra, havendo um único corpo de estiva no porto, devendo o mesmo funcionar tão depressa as condições objectivas forem criadas para o efeito.

## Artigo 67.º

Nos casos omissos regem as leis de trabalho.

O Ministro, *Herculano Vieira*.

## ANEXO I

## Estiva e desestiva

Natureza das cargas	Trabalho com guincho		Trabalho com guindaste em terra	
	No porão homens	Aparelho e portalo homens	No porão homens	Aparelho e portalo homens
a) Carga geral ... ..	6	3	6	1
b) Sacaria — Método convencional:				
1. Até 800 kg ... ..	6	3	6	1
2. Até 1 000 kg ... ..	10	3	10	1
c) Vasilhas com patolas:				
1 — 3 tambores ... ..	4	2	4	1
2 — 6 tambores ... ..	6	2	6	1
3 — 6 barris ... ..	6	2	6	1
d) Toros de madeira:				
Arrumados e desarrumados com aplicação do aparelho... ..	4	3	4	1
Arrumados e desarrumados manualmente... ..	8	3	8	1

Natureza das cargas	Trabalho com guincho		Trabalho com guindaste em terra	
	No porão homens	Aparelho e portaló homens	No porão homens	Aparelho e portaló homens
e) Cortiça — Método convencional (1) ... ..	6	3	6	1
f) Carga pré-ligada (sem manuseamento)... ..	4	3	4	1
g) Carga «paletizada» (sem manuseamento): Com aparelho elevatório.	4	3	4	1
h) Carga em contentores (sem manuseamento do conteúdo) (2) ... ..	4	3	4	6
l) Correio e bagagem incluindo os automóveis que acompanham os passageiros, não movimentando outra carga, até ao máximo de 30 m <sup>3</sup> em conjunto (3) ... ..	4	3	4	1
j) Automóveis montados ...	4	3	4	1
i) Mármore em blocos: 1. Arriados à prumada. 2. Com deslocação... ..	4 6	3 3	4 6	1 1
m) Cargas sólidas a granel excepto mancarra: 1. Por aspiração ... .. 2. Com baldes: — Baldes pequenos (capacidade até 1,3 m <sup>3</sup> ), tabuleiros ou caixas (sucata ou pedra) — Baldes grandes (capacidades superiores a 1,3 m <sup>3</sup> ) 3. Mancarra: Baldes pequenos... .. Baldes grandes ... .. 4. Com garra: (4) ... .. 5. Rochego (só quando necessário) (5) ... ..	3 homens por mangueira + 1 ao portaló  5 8  6 8 — 8	  3 3 3 3 3 3 3	  5 8  6 8 — 8	  1 1 1 1 1 1 — 1
n) Cargas líquidas ou liquefeitas por condutas.	Serviço a executar exclusivamente por pessoal técnico habilitado, a designar pelo navio, carregador ou consignatário, o qual, desde que tenha a necessária competência, deverá pertencer aos quadros do Sindicato, no mínimo de 1 homem por navio, a recrutar por 1 encarregado.			

Nas operações de tráfego (a carga ou descarga), quando se trabalhe por métodos convencionais, serão utilizadas as seguintes composições mínimas:

Natureza das cargas	Quantidade de homens
a) Carros de mão, por unidade ... ..	1 homem
b) Carga geral: 1 — A estivar nos armazéns ... .. 2 — A movimentar no costado do navio... 3 — A movimentar cargas arrumadas nos cais e terraplenos... ..	4 homens 4 homens 4 homens
c) Carga paletizada: 1 — Nos armazéns... .. 2 — No costado do navio ... ..	2 homens 2 homens
d) Carga contentorizada. Cheios: 1 — Nos armazéns ... .. 2 — Nos cais ... .. Vazios: 1 — Nos terraplenos ... .. 2 — Nos cais ... ..	4 homens 4 homens 2 homens 2 homens
Carga a granel (sólido): Para vagões ... ..	2 homens
Carga a granel (Líquido): Serviço a executar exclusivamente por pessoal técnico habilitado:	
Cargas pesadas: 1. Nos cais ... .. 2. Nos armazéns e terraplenos ... ..	4 homens 4 homens
Carga de veículos: 1. Ligeiros ... .. 2. Pesados ... ..	2 homens 4 homens
Carga de tambores e barris; 1. Cheios ... .. 2. Vazios ... ..	4 homens 4 homens
Carga directa: Para camiões dos consignatários ... .. Para atrelados e consignatários ... ..	4 homens 4 homens
Carga em sacarias: a) carregar para o navio: 1 — Camiões ... .. 2 — Cais ... ..	2 homens 4 homens
Descarregada: a) Descarregar do navio: 1 — Camiões ... .. 2 — Atrelados ... .. 3 — Armazéns/terraplenos ... ..	4 homens 4 homens 4 homens
Obs. — Para as mercadorias que não estejam especializadas aplicar-se-ão regras análogas.	

**Mercadorias explosivas e tóxicas que serão pagas aos estivadores de bordo e terra, mesmo que não as movimentem, por aproximação:**

Gás de uma forma geral.

Gasolina.

Dinamite e suas componentes.

Ácido sulfúrico.

Óleo combustível «jecta».

Amoníaco (em gás e anidrido).

Algodão em pólvora.

Farinha de trigo.

Cimento.

Pozolana.

Carvão mineral.

Cal.

Sêmea.

Quando provocar pó durante a operação.

## ANEXO II

**Estiva e desestiva do frie**

	Trabalho com guincho		Trabalho com guindaste em terra	
	No porão Homens	Aparelho e portalo Homens	No porão Homens	Aparelho e portalo Homens
Carga e descarga:				
Atuneiros c/peixe em salmoura	8	—	8	—
Arrastões c/peixe em caixa	5	2	8	1
Transportador c/peixe em caixa	16	3	16	1
Transportador c/peixe a granel	16	3	16	1
Transportador c/peixe en-sacado	16	3	16	1
Transportadores mistos	12	3	12	1
Transportadores fruteiros	12	3	12	1
Serviço em terra:				
No costado dos navios	4	—	—	—

## ANEXO III

**Cargas especiais, sujas e nocivas**

Acetaldeído.

Acetato de: amilo, butilo, etilo, etilglicol, ferro, metilo, metilglicol;

Acetileno;

Acetiletos;

Acetona;

**Ácidos:** Acético (concentrado glacial), arsénico, azótico, bromídrico, carbónico, cítrico (excepto quando devidamente acondicionado), cloracético, clórico, clorídrico, clorosulfónico, clorosulfúrico, erónico anidrido, fénico, florídrico, fluo-silício, fórmico fosfórico, hidrofluossilício, iodídrico, momocloracético, muriático, nitro-benzóico, de Nordhausen, perclórico, pítrico (sec), prussico, sulfuroso, tartárico.

Aconitina;

Água forte;

Água oxigenada ou peróxido de hidrogénio.

Água saturnine;

Aguardente em (casco, barris ou garrações);

Bormo;

Aguarrás;

Alcaxis sólidos ou dissolvidos;

Alcali volátil;

Alcaloides (ópio, morfina, etc);

Alcatrão, alcatrão vegetal;

Alcool; alílico, amílico, butílico (normal, secundário ou terciário) = butanol, cânforo, desnaturado, etílico (etapol), metílico = metanol, ordinário, propílico = propanol e puro;

Alcolina;

Aldeído; Acético, etílico = etanal, fórmico = metanal;

Algodão em rama, algodão em pólvora;

Alumínio em pó;

Amónia;

Amoníaco (em gás e anidrido);

Amorfos;

Anidrido; Acético, arsenioso, carbónico, crómico, fosfórico sulfuroso;

Archotes de esparto e semelhantes;

Arseniato de: Cálcio, chumbo e sódio;

Arsénico branco;

Arsénico;

Azotados de: Amoníaco ou de amónio de sódio;

Bário metálico, banha em derrame;

Benzina de petróleo;

Benzinites.

Benzol = benzeno;

Benzovac;

Betumes: Artificiais, minerais, naturais e vegetais;

Bicloreto de enxofre = dicloreto do enxofre;

Bicromatos de: Anónio, potássio e sódio;

Bióxido de: Bário, barbono, hidrogénio;

Bissulfureto de: Cálcio, sódio;

Bissulfureto de carbono;

Bréu (picha);

Brometo de: Potássio, sódio;

Brometo de: Difetil-metilo, hidrogénio, metilo;

Bromo;

Buraqueno;

Butanol (normal, secundário e terciário);

Butilamina;

Cal: Azotada clorada;

Cal viva;

Cálcio metálico;

Cânfora (cheiro que se transmite às mercadorias pelo contacto);

Carbonato de: Cálcio (carbonato de cálcio ou simplesmente carboreto), (potássio, sódio);

**Carbono de níquel;**

Chumbo tetraetilo;

**Cevada a granel;**

Vianimida de cálcio (adubo);

Cianeto de: Mercúrio, potássio, sódio;

Cianogémo;

Cloratos de: Bário, estrôncio, potássio sódio (para uso industrial), zinco;

Cloreto de: Acetilo, acetilo-clorado, acetido-metílico, monocloro-acetilo;

Cloreto de: Alilo, arsénico ou arsenioso, azotilo, benzilo, benzóilo, butili, cal ou cloreto das lavadeiras, cromilo, enxofre, estânico ou estanho anidrido, etilo, fósforo, metilo nitrilo, sulfurilo, tionilo;

Cloridrina sulfúrica;

Clorito de: Cálcio, potássio, sódio;

Cloro anidro;

Cloroliquefeito (anidrido);

Cloropierina;

Clorofórmico;

Cocaína, seus derivados e sucedâneos;

Colas de borracha em soluto de acetona;

Colas líquidas em soluto de benzina e gasolina;

Colofónia (resina);

Colódio e outros compostos de álcool e éter;

Creolina;

Creosota;

Desperdícios de algodão;

Digitalina (substância muito venenosa);

Demetilamina anidro ou em solução;

Dinitrobenzol;

Dióxido de carbono = ácido carbónico ou anidrido carbónico;

Encárcias alcatroadas;

Enxofre;

Espírito de Sal;

Essência ou éteres de petróleo ou gasolina;

Essência de mirbano = nitrobenzina, nitrobenzol;

Estopas;

Estopim;

Etanal (aldeído acético);  
 Etanol, (álcool etílico);  
 Éter = éter etílico = sulfúrico ou ordenário;  
 Éter acético = acetado de etilo;  
 Éter dimetilico;  
 Éter fórmico = formiato de ótilo;  
 Éter metílico = éter dimetilico;  
 Éter metil-O-metil;  
 Éter monoetilico de glicol = etil glicol;  
 Éteres de petróleo e gasolina;  
 Éter ordinário = etílico;  
 Éter sulfúrico = éter etílico;  
 Etilamina;  
 Etileno;  
 Étil fluido;  
 Étil-glicol;  
 Farinha de peixe;  
 Feltros empastados com alcatrão;  
 Fenóis;  
 Ferro enferrujado;  
 Ferro-sólido;  
 Filmes com base no acetato de celulose;  
 Fluor;  
 Formeno;  
 Formiato de etilo;  
 Formol (em solução);  
 Fosforeto de Cálcio, sódio, zingo;  
 Fósforo, Fósforo ordinário;  
 Fosgénio;  
 Garrafas de ferro vazias para gás;  
 Gás acetileno comprimido ou liquefeito;  
 Gás amoníaco;  
 Gás carbónico;  
 Gás iluminação, comprimido ou liquefeito;  
 Gás sulfuroso;  
 Gasolina;  
 Goma copal;  
 Hidrato de Potássio, sódio;  
 Hidrogénio;  
 Hidrogénio sulfurado (ácido sulfúrico);  
 Hidróxido de potássio e de sódio;  
 Hipocloristes;  
 Incensos;  
 Insecticidas líquidos de matéria inflamáveis;  
 Isca em rama;  
 Lá suja de óleos;  
 Lesol;  
 Magnésio consistente (lubrificante);  
 Metano;  
 Metanal = aldeído fórmico;  
 Metr-para cressol;  
 Metilamina;  
 Metil-glicol;  
 Metil-ometil éter;  
 Milho a granel;  
 Mirra;  
 Monometilamina;  
 Morfina;  
 Nalta;  
 Naftalina;  
 Nítritos de: Amoníaco ou amónio, de bário, potássio sódio, Chile;  
 Nítritos de: Potássio, sódio;  
 Nitrobenzina (essência de mirbano);  
 Nitrocelulose;  
 Nitrogelatina;  
 Notrolite;  
 Óleo de peixe em derrame;  
 Óleos: Combustíveis, essenciais de lubrificação minerais ou voláteis;  
 Ópio;  
 Oxalatos;  
 Oxidareto de cálcio;  
 Oxidareto de Cálcio;  
 Oxidareto de: Carbono = fosgénio, fósforo.  
 Óxido de carbono etileno, mestilo, metilo;  
 Oxigénio (em tubos ou garrafas);  
 Peixe em salmoura;  
 Pentacloreto de: anitímónio, fósforo;  
 Perclorato de: amónio, potássio, sódio;  
 Perfumarias líquidas, tendo por base o álcool;  
 Peridrol (peróxido de hidrogénio);  
 Permanganato de: amónio, potássio, sódio;  
 Peróxidos de: azoto, bário, bezoido, hidrogénio, potássio sódio;

Petróleo;  
 Pez;  
 Polimento (verniz);  
 Potassa cáustica;  
 Potássio;  
 Propana (normal, secundário) = álcool propílico)  
 Propanoma;  
 Rede alcatroadas;  
 Resina de pinho e inflamáveis;  
 Salitre  
 Salitre de Chile;  
 Sendit;  
 Sêmea;  
 Siliceto de cálcio;  
 Soda cáustica;  
 Sódio;  
 Sucatas;  
 Sublimado corrosivo;  
 Sulfato de: amónio, cobre, ferro, zinco, atropina;  
 Sulfureto de: Carbono, sódio;  
 Sumauma;  
 Tecidos alcatroados ou embebidos em matéria inflamáveis;  
 Terebenzina;  
 Tetraclorietano;  
 Retracloreto de: Carbono, estanho, silicio, titânico;  
 Tetrafil de chumbo;  
 Tetraoxido de azoto;  
 Tintura corrosiva;  
 Tintas preparadas (excepto as de água);  
 Tuluol ou tulueno;  
 Triboneto de fósforo;  
 Tricloreto de: Antimónio, fósforo;  
 Trifluoreto de boro;  
 Trimeilamina;  
 Trinitrofenol;  
 Verniz em latas ou barris;  
 Vitriolo = ácido sulfúricos;  
 Xileno;  
 Xilol;  
 Xilidino;  
 Zinco em pó.

ANEXO IV

Quadro provisório dos estivadores efectivos

Número	Categorias	Observação
24	Operadores de cabotagem	
28	Operadores dos armazéns	
28	Operadores de limpeza	

ANEXO V

Constituição provisória do quadro de estiva referida no n.º 2.º do artigo 66.º

Número	Categorias	Observação
2	Controlador principal	
4	Controlador de 1.ª classe	
15	Controlador de 2.ª classe	
4	Apostadores	
40	Conferentes	
45	Portais	
90	Guincheiros	

## ANEXO VI

## QUADRO DAS MERCADORIAS

Mercadorias que passam a ser movimentadas por tonelada

Número	Designação	Observação
1	Sacarias	
	Milho	
	Feijão	
	Açúcar	
	Cimento	
	Leite em pó	
	Pozolana	
	Soja	
	Café	
	Adubo	
	Pastos	
	Cal	
	<b>Trigo</b>	
	Farinha de peixe	
	Carvão	
2	Atados de madeira	
3	Toros de madeira	
4	Combustível	
	Bidons cheios	
	Garrafas cheias	
	Contentores cheios	
	Contentores vazios	
	Outras cargas	
	Análogas	
5	Cartões de cervejas	
	Cartões paletizados	
7	Peixe:	
	Salmoura	
	Em caixa	
	Ensacado	
	Em cartões	
8	Milho a granel	
	Trigo a granel	
	Carga análogas	

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Assuntos Judiciários

Portaria n.º 81/84

de 22 de Dezembro

Nos termos do n.º 2 do artigo 2.º da Organização Judiciária aprovada pela Lei n.º 3/81, de 2 de Março;

Sob proposta do Tribunal Sub-Regional de S. Nicolau;

Manda o Governo da Republica de Cabo Verde, pelo Ministro da Justiça, o seguinte:

Artigo 1.º Na Sub-Região de S. Nicolau são criadas as seguintes zonas judiciais, abrangendo somente as áreas das suas localidades:

Zona Judicial de Preguiça;

Zona Judicial de Queimadas;

Zona Judicial de Cachaço;

Art. 2.º As localidades referidas deixam de pertencer as zonas judiciais de vila da Ribeira Brava, Fajã, e Lompelado/Canto, criadas pelas Portarias n.ºs 106/79 e 48/82, publicadas nos Boletins Oficiais n.ºs 41/79 e 30/82.

Art. 3.º Esta portaria entra imediatamente em vigor:

Ministério da Justiça 20 de Novembro de 1984. — O Ministro, *David Hopffer Almada*.

## Despacho

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 153/79, de 31 de Dezembro, determino o seguinte:

a) São homologados os Tribunais de Zona de Preguiça, Queimadas e Cachaço, com sede na Sub-Região Judicial de S. Nicolau.

b) Fazem parte dos referidos Tribunais os seguintes indivíduos:

I — Tribunal de Zona de Preguiça:

Membros Efectivos:

1. Lídia Regina do Rosário;
2. António Nascimento Ramos;
3. José Livramento Abreu.

Membros Suplentes:

1. Carlos Alberto S. Marques;
2. José Marcelino Duarte;
3. Margarida L. Oliveira Ramos.

II — Tribunal de Zona de Queimadas:

Membros Efectivos:

1. Francisco Manuel Silva;
2. João António Bento;
3. Francisco Catarina Silva.

Membros Suplentes:

1. José Damásio Gomes;
2. Albertino do Carmo Lopes;
3. Eurico Cristino de Brito.

III — Tribunal de Zona de Cachaço:

Membros Efectivos:

1. Joaquim Francisco Brito;
2. Pedro Joaquim dos Reis;
3. António José Santos.

Membros Suplentes:

1. Florentino A. Oliveira;
2. Pedro Manuel Gomes;
3. José Francisco Soares.

Ministério da Justiça, 29 de Novembro de 1984. — O Ministro, *David Hopffer Almada*.

**Despacho**

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 153/79, de 31 de Dezembro, determino o seguinte:

a) É novamente homologado com sede na Região Judicial da Praia, o Tribunal de Zona da Várzea cujo despacho anterior vem publicado no *Boletim Oficial* n.º 4/83;

b) Fazem parte do referido Tribunal os seguintes indivíduos:

Membros Efectivos:

1. José Ribeiro;
2. António Nunes;
3. Maria Ângela dos Santos;
4. Mário Duarte Semedo;
5. Francisco Sanches.

Membros Suplentes:

1. Inácio Soares;
2. Juvenal Fonseca;
3. Simão da Veiga;
4. Domingos Cardoso.

Ministério da Justiça, 23 de Novembro de 1984. — O Ministro, *David Hopffer Almada*.

**GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO**

**Direcção-Geral da Função Pública**

Despachos dos Camarada Primeiro Ministro:

De 3 de Novembro de 1984:

António Sousa da Cruz, chefe de trabalho principal, contratado ao abrigo do Decreto n.º 21/76, de 6 de Março — rescindido, a seu pedido, o referido contrato, com efeitos a partir de 20 de Novembro do corrente ano.

De 17 de Dezembro:

José António Borja Benchimol Santos de Sousa Lobo — nomeado, nos termos do artigo 66.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, interinamente, o cargo de chefe de secção do quadro de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência da República.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, artigo 16.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas, em 20 de Dezembro de 1984).

Despachos do Camarada Ministro da Educação e Cultura:

De 3 de Março de 1984:

Alcinda Isilda Pires — revalidada a nomeação como professora de posto escolar de serviço eventual e colocada no Posto n.º 105/B, de Ponta do Sol, concelho da Ribeira Grande.

De 28:

Matilde Antónia Fonseca — revalidada a nomeação como professora de posto escolar de serviço eventual e colocada no Posto 101/B, de Fajã de Matos, concelho da Ribeira Grande.

De 31:

João Pires Moreira — revalidada a nomeação como professor de posto escolar de serviço eventual e colocado no Posto n.º 105/B, de Ponta do Sol, concelho da Ribeira Grande.

Os encargos resultantes das despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 27.º, artigo 191.º do orçamento vigente.

De 28 de Julho:

Ficam autorizados a continuarem em exercício até 15 de Agosto de 1984, a fim de fazerem parte dos júris das provas orais os seguintes docentes eventuais da Escola Preparatória do Tarrafal;

**Professor:**

Alberto da Veiga Silva Delgado.

**Monitores especiais:**

Hélder Filomeno de Lourenço Gomes de Pina;

Carlos Ferreira Santos;

Maria Luisa Barros Monteiro.

**ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR**

**Secretaria-Geral**

**DECLARAÇÃO**

Para os devidos e legais efeitos se declara, com referência ao despacho do Camarada Presidente da Assembleia Nacional Popular, de 29 de Outubro de 1984, publicado no *Boletim Oficial* n.º 46, de 17 de Novembro último, que o director dos Serviços Parlamentares da Assembleia Nacional Popular, João Baptista Rodrigues, só deverá reintegrar-se nos Serviços de Justiça, seu quadro de origem, no dia 1 de Fevereiro de 1985, em virtude de, no mês de Janeiro, ter de gozar a licença disciplinar que lhe havia sido adiada por conveniência de serviço.

Secretaria-Geral da Assembleia Nacional Popular, na Fraia, 19 de Dezembro de 1984. — O Secretário-Geral, *Fedro Duarte*.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 15.º, artigo 110.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas, em 18 de Dezembro de 1984).

**De 1 de Outubro:**

Maria Filomena Gonçalves Leite de Melo, monitora especial, de nomeação definitiva — nomeada, nos termos do artigo alínea b) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, para exercer, interinamente, o cargo de professor de 3.º nível — 3.ª classe — da Escola do Ensino Básico Complementar do Porto Novo.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 19.º, artigo 140.º do orçamento vigente.

Carlos dos Santos Craveiro Miranda — contratado, nos termos da alínea c) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, conjugado com a alínea g) do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 72/80, de 16 de Agosto, para prestação de serviço docente durante o ano lectivo de 1984/85, na categoria de professor de 3.º nível de 3.ª classe da Escola do Ensino Básico Complementar «Eugénio Tavares».

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 8.º, artigo 56.º do orçamento vigente.

São nomeadas, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, conjugado com a alínea d) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, e alínea g) do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 72/80, de 16 de Agosto, para exercerem, interinamente, o cargo de professor de 3.º nível, 3.ª classe, da Escola do Ensino Básico Complementar «Eugénio Tavares», as seguintes professoras do 2.º nível, habilitadas com o curso de Magistério Primário;

Maria Arlinda Nobre de Moraes Semedo;  
Maria de Fátima Brito Lima Barbosa Vicente;  
Maria Alíria Oliveira Chantre.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita do capítulo 9.º artigo 64.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 18 de Dezembro de 1984):

**De 7 de Novembro:**

São revalidados, nos termos da alínea c) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, conjugado com a alínea g) do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 72/80, de 16 de Agosto, os contratos de prestação de serviço dos seguintes professores de 2.º nível, 3.ª classe, (posto escolar) e colocados nos estabelecimentos de ensino que se indicam:

**Concelho da Praia:**

Romana Tavares — no Posto 88 de Praia Abaixo;  
José Henrique Mendes Lopes Tavares — no Posto 25 de Santana;  
José Maria Barbosa Afonso — no Posto 93 de Rui Vaz;  
Alcides Moreno Varela — no Posto 157 de Portal;  
Elísio Gonçalves Andrade — no Posto 161 de Pico Leão;  
Maria Helena Freire Ramos Évora — no Posto 6 de Lém Ferreira;  
Filomena Tavares Ortet — no Posto 60 de Achada Santo António;  
Maria Conceição Moreno Borges — no Posto 20 de S. Martinho Grande;

Alcides Pereira Lopes — no Posto 17 de S. Martinho Pequeno;

Maria do Carmo Pinto — no Posto 155 de Mato Afonso;

**Concelho de Santa Catarina:**

António Tavares — no Posto 100 de Achada Lém;  
José Pedro Tavares Lopes — no Posto 123 de Rincão;  
João Semedo Silva — no Posto 95 de Picos Acima;  
Manuel Gomes Monteiro de Oliveira — no Posto 543 de Chã Grande;  
Emília Mendes Pereira — no Posto 74 de Ribeirão Manuel;  
Teresa de Jesus Miranda Semedo — no Posto 167 de Pau Verde;  
Ermelinda Mendes Oliveira — no Posto 23 de Chã de Tanque;  
António da Veiga Borges — no Posto 75 de Palha Carga;  
Maria Goreth Fernandes Barreto — no Posto 163 de Boa Entradinha;  
José Manuel Teixeira Veiga — no Posto 75 de Palha Carga;  
Eulália Mendes Semedo — no Posto 75 de Bombardeiro;  
Maria de Lourdes Almada Correia — no Posto 75 de Palha Carga;  
Lucília Veiga Martins — no Posto 149 de Achada Falcão;

Benvinda Gomes Leal — no Posto 75 de Palha Carga;  
Maria Filomena Veiga Santos — no Posto 75 de Palha Carga;  
Antonino Silva Martins — no Posto 176 de Mato Gêgê;  
Ernestina Borges Pereira — no Posto 75 de Palha Carga;  
Maria Augusta Lopes Marques — no Posto 23 de Chã de Tanque;  
José Manuel dos Santos Oliveira — no Posto 73 de Figueira das Naus;  
Franklin Pereira Correia — no Posto 73, na vaga deixada pelo professor Manuel Semedo Brito, destacado na Alfabetização;

**Concelho do Tarrafal:**

Leontina Rodrigues Bettencourt da Rosa — na Escola 3 da Vila do Tarrafal;  
Maria da Conceição Teixeira Costa — no Posto 129 de Ribeira da Prata;  
Mariana de Pina Monteiro — no Posto 29 de Flamengos;  
Maria Goreth Sousa — no Posto 32 de Principal;  
Maria Natividade Gomes Furtado — no Posto 171 de Monte Pousada;  
José Pedro de Sousa Levy — no Posto 193 de Achada Portal;

**Concelho de Santa Cruz:**

Maria Josefa Pereira Varela — no Posto 127 de Achada Fazenda;  
José António Rodrigues Mascarenhas — no Posto 84 de Cancelo;  
Domingos Mendes Teixeira — no Posto 84 de Cancelo;  
Domingas da Moura Varela — no Posto 127 de Achada Fazenda;

**Concelho do Maio:**

Rita Domingas C. Silva Pina — no Posto 78 de Pedro Vaz.  
Catarina dos Reis Agues — no Posto 34 de Barreiro;

Concelho do Fogo:

Ana Alves Coleta Varela — na Escola 5 de S. Filipe;  
 Joaquim Lopes Teixeira — na Escola 5 de S. Filipe;  
 Caetano de Pina Barbosa — no Posto 43 de Patim;  
 Luísa Helena Rosa de Pina — na Escola 46 de Patim;  
 Liana Pires — no Posto 183 de Santa Filomena;  
 Francisco Barros — no Posto 116 de Fajãzinha;  
 Orlando Inácio António Gomes de Miranda — no  
 Posto 37 de S. Domingos;  
 João José Spínola Barbosa — no Posto 37 de S. Do-  
 mingos;  
 Maria Antónia Carvalho Fernandes — na Escola 14 de  
 Igreja (Mosteiros).  
 Clarinda Heroína Teixeira Medina — na Escola 5 de  
 S. Filipe;  
 Carmezinda Silva S. Gonçalves Alves — na Escola 5  
 de S. Filipe;  
 Ana Maria Gomes — no Posto 55 de Fonte Aleixo;  
 Filipe Alves Júnior — no Posto 236 de Figueira Pa-  
 vão;  
 Maria Augusta Fonseca da Silva — no Posto 186 de  
 Relva.  
 Rosa de Andrade — no Posto 44 de Fajãzinha;  
 Maria Alice Cardoso Alves — no Posto 182 de Ri-  
 beira de S. Filipe;  
 Maria Fernanda Centeio Fernandes — no Posto 43 de  
 Igreja;  
 João de Deus Mendes Barbosa — no Posto 112 de  
 Chã das Caldeiras.  
 Sebastiana Carvalho Lopes — no Posto 43 de Patim;  
 Ângela Fernandes Lopes — no Posto 43 de Patim.

Concelho da Brava:

Laura Tavares de Pina — na Escola 6 de vila Nova  
 Sintra;  
 Domingos Santos Rosa — no Posto 189 de Chã de  
 Sousa;  
 Sérgio António do Rosário — no Posto 51 de Palhal.

A despesa tem cabimento na dotação do capítulo 27.º,  
 artigo 191.º do orçamento vigente.

De 16:

São nomeados, nos termos do artigo 35.º do Estatuto do  
 Funcionalismo, para exercerem, em comissão de serviço,  
 o cargo de secretário da inspeção da Inspeção-Geral  
 do Ministério da Educação e Cultura, os seguintes in-  
 divíduos:

Concelho de S. Nicolau:

António Eurico Borges Tavares.

Concelho do Paúl:

Paulo da Cruz Guilherme.

Concelho do Tarrafal:

Domingos Simão Mendes Teixeira.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capi-  
 tulo 30.º, artigo 209.º do orçamento vigente:— (Visados pelo  
 Tribunal de Contas em 18 de Dezembro de 1984).

Paulo Coelho Moreira — contratado, nos termos da alínea c)  
 do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezem-  
 bro conjugado, com a alínea g) do artigo 1.º do Decreto-

-Lei n.º 72/80, de 16 de Agosto, para prestação de ser-  
 viço docente, na categoria de professor de 3.º nível,  
 3.ª classe da Escola do Ensino Básico Complementar de  
 Santa Cruz, com direito ao vencimento estabelecido na  
 alínea d) do artigo 1.º da Portaria n.º 150/81, de 31 de  
 Dezembro, com efeitos a partir de 14 de Novembro de  
 1984.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita do capi-  
 tulo 18.º, artigo 133.º do orçamento vigente.

De 21:

São contratados, nos termos da alínea c) do artigo 67.º  
 do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, conju-  
 gado com a alínea g) do artigo 1.º do Decreto-Lei  
 n.º 72/80, de 16 de Agosto, para prestação de serviço  
 docente, na categoria de professor de 2.º nível — 3.ª  
 classe, e colocados nos Estabelecimentos de Ensino que  
 se indicam, os seguintes indivíduos:

Professores de Posto Escolar — 1.ª vez:

Concelho da Praia:

Minésio Correia Silva, no Posto 25, de Santana;  
 José Maria Martins Oliveira, no Posto 101, de Be-  
 lém;  
 Antónia Varela da Cruz, no Posto 161, de Pico  
 Leão.

Concelho de Santa Catarina:

Ernestina Silva Cabral, no Posto 99, de Tomba Touro;  
 Adriano Barbosa Varela, no Posto de Librão.  
 Silvério Gomes Tavares, no Posto de Librão,

Concelho do Tarrafal:

Arlinda Silva Pereira, no Posto 30, de Achada Lon-  
 gueira;  
 Catarina Mendes Teixeira, no Posto 169, de Achada  
 do Meio;  
 Emanuel Eduardo Pereira Semedo, no Posto 171, de  
 Monte Pousada;  
 Maria Jesus Sanches Soares, no Posto 32, da Ri-  
 beira de Principal;  
 Margarida Mendes da Costa, no Posto 193, de Achada  
 Portal;  
 Ricardina Correia Semedo, na Escola 3, da vila do  
 Tarrafal;  
 Josefina Mendes Furtado, no Posto 174, de Gom-  
 -Gom;  
 Maria de Jesus Rodrigues Varela, no Posto 26, de  
 Calheta.

Concelho de Santa Cruz:

Maria Isabel Garcia Andrade, no Posto 84, de Can-  
 celo;  
 Cândida Rosalina Tavares Landim, no Posto 227  
 de Ribeirão Boi;  
 Maria de Fátima Vaz Sanches, no Posto 131 de Sal-  
 tos Abaixo.

Concelho do Maio:

Manuel Mendes Borges, no Posto 34 de Barreiro;  
 Arlindo dos Santos, no Posto 230 da Ribeira D. João

**Concelho da Brava:**

Henrique Pinto Coelho, no Posto 58 de Cachaço;  
Clarinda Monteiro Pina Tavares, no Posto 51 de Pachel.

**Concelho da Boa Vista:**

Aldina Lima Rodrigues, no Posto 67-B de Estância de Baixo.

**Concelho do Sal:**

Hirondina Fernandes Monteiro, no Posto 42-B do Aeroporto;  
Ana Maria Martins, no Posto 128-B de Ribeira Funda;  
Edna Helena Pereira Pires, no Posto 8-B do Aeroporto.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 27.º artigo 191.º do orçamento vigente.

**De 6 de Dezembro:**

Dr. Artur Jorge Correia — nomeado nos termos do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, conjugado com a alínea g) do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 72/80, de 16 de Agosto e artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 134/82, de 31 de Dezembro, para, durante o ano lectivo de 1984/85, e em regime de acumulação, leccionar no Curso de Formação de Professores do Ensino Secundário.

A despesa tem cabimento na dotação do capítulo 33.º, artigo 236.º do orçamento vigente.

Despacho do Camarada Ministro dos Transportes e Comunicações.

**De 29 de Novembro de 1984:**

João Baptista Brites, inspector marítimo, da Direcção-Geral de Marinha e Portos, exercendo em comissão de serviço o cargo de Capitão dos Portos — renovada a referida comissão, nos termos do artigo 37.º do Estatuto do Funcionalismo.

Despacho do Camarada Ministro do Desenvolvimento Rural:

**De 22 de Fevereiro de 1984:**

Aguinaldo Pereira Semedo e Mário Duarte Monteiro, mecânicos de 3.ª classe do Centro de Manutenção de Equipamentos e Oficinas do Ministério do Desenvolvimento Rural — promovidos, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, à classe imediata, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 1983:

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 5.º, artigo 43.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas, em 11 de Dezembro de 1984).

**De 1 de Março:**

Manuel José Jesus Rodrigues Martins, técnico auxiliar de 3.ª classe, provisório, dos Serviços Regionais, do Ministério do Desenvolvimento Rural — promovido, nos ter-

mos do n.º 2 do artigo 11.º, conjugado com o artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Janeiro do corrente ano.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 10.º, artigo 77.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas, em 10 de Dezembro de 1984).

**De 2 de Maio:**

Avelino Gonçalves Frederico e Joaquim Lopes Tavares — nomeados, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercerem, provisoriamente, o cargo de condutor-auto de pesados de 3.ª classe do Centro de Manutenção de Equipamentos e Oficinas do Ministério do Desenvolvimento Rural.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 5.º, artigo 43.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas, em 11 de Dezembro de 1984).

Pedro Vaz Furtado, condutor-auto de 3.ª classe, do Centro de Manutenção de Equipamentos e Oficinas do Ministério do Desenvolvimento Rural — promovido, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, à classe imediata, com efeitos a partir de 23 de Abril de 1984.

José Tavares — nomeado, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de condutor-auto de 1.ª classe de pesados, do Centro de Manutenção de Equipamentos e Oficinas do Ministério do Desenvolvimento Rural.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 5.º artigo 43.º do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal de Contas, em 19 de Dezembro de 1984):

**De 14 de Novembro:**

Ana Paula de Santa Filomena Vitória Levy — nomeada nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de técnico de 3.ª classe, da Direcção-Geral da Agricultura e Pecuária, do Ministério do Desenvolvimento Rural.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 8.º, artigo 68.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas, em 10 de Dezembro de 1984).

**De 16:**

Luciano António Lopes Canuto, técnico de 2.ª classe, de nomeação definitiva, dos Serviços Regionais do Ministério do Desenvolvimento Rural — promovido, nos termos do n.º 3 do artigo 11.º conjugado com o artigo 21.º, ambos do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, à classe imediata, com efeitos a partir de 11 de Setembro de 1984.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 11.º, artigo 83.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas, em 10 de Dezembro de 1984).

De 19:

Júlio Luis da Silva Bastos Fortes, técnico superior de 3.ª classe, provisório, da Direcção-Geral da Agricultura e Pecuária do Ministério do Desenvolvimento Rural — promovido, nos termos do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, à classe imediata, com efeitos a partir de 18 de Agosto do corrente ano.

João Carlos Pires, técnico superior de 3.ª classe provisório, da Direcção-Geral da Agricultura e Pecuária do Ministério do Desenvolvimento Rural — promovido, nos termos do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, à classe imediata, com efeitos a partir de 19 de Outubro de 1984.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 8.º, artigo 68.º do orçamento vigente. — (Visados pelo Tribunal de Contas, em 10 de Dezembro de 1984).

Feliciano Serafim Évora, técnico auxiliar de 2.ª classe, da Direcção-Geral da Conservação e Aproveitamento dos Recursos Naturais, do Ministério do Desenvolvimento Rural — promovido, nos termos do n.º 3 do artigo 11.º, conjugado com o artigo 21.º ambos do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, à classe imediata, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 1984.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 9.º, artigo 72.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 10 de Dezembro de 1984).

De 6 de Dezembro:

Luciano Dias da Fonseca, técnico superior de 3.ª classe, provisório, da Direcção-Geral da Agricultura e Pecuária do Ministério do Desenvolvimento Rural — transferido, por conveniência de serviço, para a Repartição Concelhia do Ministério do Desenvolvimento Rural em S. Nicolau, assumindo a chefia da mesma.

De 16 de Dezembro:

Ana Emília dos Reis Ferreira Marta, técnico de 2.ª classe, provisório, da Direcção-Geral da Conservação e Aproveitamento dos Recursos Naturais do Ministério do Desenvolvimento Rural — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º, do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 9.º, artigo 72.º do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas, em 10 de Dezembro de 1984):

Despachos do Camarada Ministro da Justiça:

De 30 de Outubro de 1984:

Ana Maria Almeida Lima — nomeada, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, interinamente, o cargo de escriturária-dactilógrafa de

2.ª classe, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, com colocação na Procuradoria Regional de S. Vicente.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 10 de Dezembro de 1984).

De 20 de Novembro

Manuel Maria Andrade Gomes, ajudante de escrivão de Direito de 2.ª classe do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º, do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

Os encargos resultantes das despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 7.º do artigo 63.º do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas, em 10 de Dezembro de 1984):

De 27:

Maria da Veiga Gonçalves Monteiro, escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe, provisória, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público — promovida, nos termos do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 152/79, à classe imediata, com efeitos a partir de 25 de Setembro do corrente ano, continuando colocada no Juízo Criminal do Tribunal Regional da Praia.

Lourenço Andrade Fernandes, condutor-auto de 3.ª classe, interina do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público — nomeado, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o referido cargo, continuando colocado no Tribunal Regional do Fogo.

Artur da Paz Ferreira, condutor-auto de 3.ª classe, provisório, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público — promovido, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 154/81, à classe imediata, com efeitos a partir de 2 de Novembro do corrente ano, continuando colocado no Tribunal Regional de S. Vicente.

De 11 de Dezembro:

António Jesus Rocha Semedo, oficial de diligências de 2.ª classe, provisório, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público — nomeado, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, interinamente, o cargo de oficial de diligências de 1.ª classe, com colocação no Juízo Criminal do Tribunal Regional da Praia. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 20 de Dezembro de 1984).

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 7.º, artigo 63.º do orçamento vigente.

Vera Oteldina Souto Amado, servente assalariado permanente do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério público, exercendo interinamente o cargo de oficial de diligências de 3.ª classe — exonerada das referidas funções, a seu pedido, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 1984.

De 15:

Maria da Conceição Vaz Tavares de Melo, 4.ª ajudante de nomeação definitiva do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, na situação de li — (Visados pelo Tribunal de Contas; em 10 de Dezembro de 1984).

cença registada — prorrogada por mais seis meses a referida licença, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1985.

Despachos do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 28 de Maio de 1984:

**Luzia Gomes** — nomeada, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de auxiliar de 3.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1984, nos termos do Decreto n.º 148/83, de 31 de Dezembro de 1983, ficando colocada na Delegacia de Saúde do Porto Novo.

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 10 de Dezembro de 1984).

De 16 de Julho:

**Maria Luisa de Jesus Rocha Fernandes** — nomeada, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo para exercer, provisoriamente, o cargo de técnico superior de 3.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde, com efeitos a partir de 16 de Julho de 1984. — (Visado pelo Tribunal de Contas, em 14 de Dezembro de 1984).

De 12 de Novembro:

**Édna Irene Lopes Mendes Moniz** — nomeada, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de técnico superior de 3.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde, com efeitos a partir de 12 de Novembro de 1984.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 14.º artigo 19.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas, em 17 de Dezembro de 1984).

De 23:

**José Joaquim Lima Bettencourt** — nomeado, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, interinamente, o cargo de 3.º oficial da Secretaria-Geral do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 3.º artigo 17.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas, em 10 de Dezembro de 1984).

De 12:

**Manuel José Fortes**, trabalhador permanente do quadro do pessoal assalariado das Alfândegas, em serviço na Alfândega de Espargos — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 15 de Novembro de 1984, que é do seguinte teor:

«Incapaz de todo o serviço por sofrer de doença grave e incurável».

De 24:

**Celeste Eugénia Fonseca Maurício** — nomeada, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de técnico profissional de

1.º nível de 2.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde, com efeitos a partir de 7 de Fevereiro de 1984. — (Visado pelo Tribunal de Contas, em 10 de Dezembro de 1984).

A despesa tem cabimento na dotação inscrita do capítulo 4.º, artigo 19.º do orçamento vigente:

Despacho do Camarada Ministro da Habitação e Obras Públicas:

De 14 de Dezembro de 1984:

**António Pedro Mendes Bettencourt**, técnico superior de 3.ª classe de nomeação provisória, da Direcção-Geral de Urbanismo, Habitação e Saneamento Básico — promovido, nos termos do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, à classe imediata, com efeitos a partir de 9 de Novembro de 1984.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 5.º, artigo 27.º do orçamento vigente:

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 10 de Dezembro de 1984).

Despacho do Camarada Director-Geral da Função Pública por delegação do Camarada Secretário de Estado da Administração Pública e Trabalho:

De 15 de Dezembro de 1984:

**Aida Hungria Silva**, contínua da Direcção-Geral de Finança — desligada de serviço, para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 134.º do Estatuto do Funcionalismo, por ter atingido o limite de idade, devendo ser abonada da pensão anual de 53 158\$80 (cinquenta e três mil e cento e cinquenta e oito escudos e oitenta centavos), sujeita à rectificação calculada de harmonia com o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 52/75, correspondente a 22 anos de serviço prestado à Administração Colonial Portuguesa e ao Estado de Cabo Verde, incluindo o aumento de 1/5, previsto no artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 24.º, artigo 179.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas, em 14 de Dezembro de 1984).

Deliberações do Conselho Deliberativo de S. Vicente:

De 22 de Fevereiro de 1984:

**Isménia da Luz Pina Martins** — nomeada, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, interinamente, o cargo de técnico profissional de 1.º nível de 3.ª classe do quadro privativo do Secretariado Administrativo de S. Vicente.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, artigo 17.º n.º 1 do orçamento municipal.

**Arlindo Francisca da Cruz Gonçalves** — nomeada, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, interinamente, o cargo de escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe do quadro privativo do Secretariado Administrativo de S. Vicente.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, artigo 1.º n.º 1 do orçamento vigente.

De 15 de Junho;

Lino Francisco Lima — nomeado, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo para exercer, interinamente, o cargo de vigilante de 3.ª classe do quadro do pessoal do Secretariado Administrativo de S. Vicente.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 4.º, artigo 35.º do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal de Contas, em 19 de Setembro de 1984).

#### COMUNICAÇÕES

Para os devidos efeitos se comunica que a auxiliar de 3.ª classe Maria de Fátima Abreu Ferreira, da Direcção-Geral de Saúde, reiniciou as suas funções no dia 12 de Novembro do corrente ano.

Para os devidos efeitos, se comunica que o técnico superior de 3.ª classe, da Direcção-Geral da Agricultura e Pecuária, do Ministério do Desenvolvimento Rural, João Baptista Monteiro Freire de Andrade, após o estágio que frequentou no exterior, apresentou-se nos serviços a 30 de Outubro de 1984, tendo na mesma data reassumido as suas funções.

Para os devidos efeitos se comunica que o contrato de prestação de serviço de Hilda Alicia Taype de Carvalho, publicado no *Boletim Oficial* n.º 47/84 de 24 de Novembro, foi visado pelo Tribunal de Contas, em 10 de Dezembro do corrente ano.

#### RECTIFICAÇÕES

Por ter saído de forma inexacta no *Boletim Oficial* 47/84, de 24 de Novembro de 1984, novamente se publica:

Despacho do Camarada Ministro da Educação e Cultura:

De 1 de Outubro de 1984:

Alicia Maria Lima Borges, habilitada com o 2.º ano do Curso Complementar dos Liceus — revalidado o contrato de prestação de serviço docente, durante o ano lectivo de 1984/85, na categoria de professora de 3.º nível, 3.ª classe da Escola do Ensino Básico Complementar «Jorge Barbosa», nos termos da alínea c) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, conjugado com o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 72/80, de 16 de Agosto, com direito ao vencimento estabelecido na alínea d) do artigo 1.º da Portaria n.º 150/81 de 31 de Dezembro.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 8.º, artigo 56.º do orçamento vigente.

Ao despacho do Camarada Ministro da Educação e Cultura de 17 de Outubro de 1984, publicado no *Boletim Oficial* n.º 49/84, de 8 de Dezembro de 1984 à página 729, respeitante à transferência do professor de 4.º nível de 3.ª classe, Evândro Assunção Lopes de Carvalho:

Onde se lê:

Para a Escola do Ensino Básico Complementar de Santa Catarina;

Deve ler-se:

Para a Escola do Ensino Básico Complementar de Santa Cruz.

Direcção-Geral da Função Pública, na Praia, 20 de Dezembro de 1984. — Pelo Director-Geral, José Jorge Lisboa da Costa Santos.

## AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

### MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DAS FINANÇAS:

Secretaria de Estado das Finanças

Direcção-Geral das Alfândegas de Cabo Verde

**Alfândega da Praia**

EDITAL

*Aguinaldo Severino Pires Ferreira de Moraes*, Director da Alfândega da Praia.

Faz público que nos termos do artigo 301.º do Contencioso Aduaneiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 35 531, de 21 de Fevereiro de 1944, são convidados todos os indivíduos ou entidades oficiais e particulares que se julgarem com direito a uma «Monta-Carga», usado, sem marca, achado no fundo do mar, na Baía do Porto da Praia; a fazerem a sua reclamação no prazo de 30 dias a contar da data da publicação deste edital no *Boletim Oficial* desta República.

E para constar e devidos efeitos se fez este e outros de igual teor que vão ter a máxima divulgação.

Alfândega da Praia, 12 de Dezembro de 1984. — O Director, *Aguinaldo Severino Pires Ferreira de Moraes*.

(274)

### Alfândega do Mindelo

EDITAL

*António Lima Araújo*, director da Alfândega do Mindelo.

Faz saber que, nos cofres da Tesouraria desta Alfândega, se encontra depositada a quantia de 10 094\$ (dez mil e noventa e quatro escudos), proveniente da liquidação dos depósitos n.ºs 49 e 93/82, 84, 85 e 95/83, de mercadorias constantes de processo Administrativo n.º 4/82 vendidas em hasta pública, a qual entrará em receita da Fazenda Nacional, se não for reclamada no prazo de um ano, ao abrigo do disposto do parágrafo único do artigo 282.º do Contencioso Aduaneiro em vigor, pelos donos ou consignatários das mercadorias com marca N.L.B.C.L. e outros sem marca que foram abandonadas.

E, para constar e mais efeitos legais se fez este e outros de igual teor, que serão afixados nos lugares de costume.

Alfândega do Mindelo, 3 de Dezembro de 1984. — O Director, *António Lima Araújo*.

(275)

EDITAL

*António Lima Araújo*, director da Alfândega do Mindelo.

Faço saber que, nos termos dos n.ºs 2.º e 3.º da Portaria Ministerial, de 14 de Maio de 1943, são por este meio notificados os donos ou consignatários das mercadorias abaixo designadas, constantes do processo administrativo n.º 14/84, a despachá-las no prazo de 15 dias a contar da data da publicação deste edital, sob pena de se proceder de acordo com a lei.

1 (uma) bolsa com tecido em obra, com a marca Rogério Santos;

3 (três) atados com contraplacado com a marca F. Cerrone;

1/2 (meio) tambor com objectos de uso pessoal com a marca Natália J. Andrade;

1 (um) tambor com objectos de uso pessoal com a marca Lourenço Rocha;

1 (um) cartão com objectos de uso pessoal com a marca Beatriz Monteiro.

E, para constar e mais efeitos se fez este e outros de igual teor que serão afixados nos lugares de costume, publicando-se um exemplar no *Boletim Oficial*.

Alfândega do Mindelo, 7 de Dezembro de 1984. — O Director, *António Lima Araújo*.

(276)

# CONTAS E BALANCETES DIVERSOS

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DAS FINANÇAS:**

Secretaria de Estado das Finanças

Direcção-Geral das Alfândegas de Cabo Verde

Mapa das receitas cobradas no período de Janeiro a Outubro de 1984 com a respectiva previsão orçamental elaborada nos termos dos artigos 509.º e 510.º do Estatuto Orgânico das Alfândegas

Designação das receitas	Cobrança						Previsão orçamental	Diferenças	
	De Jan. a Outob. 1981	De Jan. a Outob. 1982	De Jan. a Outob. 1983	De Jan. a Setemb. 1984	Outubro 1984	De Jan. a Outob. 1984		Para mais	Para menos
Direitos de importação ... ..	193 489 055\$70	223 411 087\$20	252 925 042\$50	265 686 653\$00	33 264 649\$30	298 951 302\$30	245 833 333\$30	53 117 969\$00	—\$—
Direitos de exportação ... ..	1 530 082\$10	715 272\$20	1 024 542\$20	1 028 609\$70	46 905\$30	1 075 515\$00	1 250 000\$00	—\$—	174 485\$00
Taxa especial de armaz. de combs ... ..	476 425\$70	321 535\$50	257 973\$60	357 362\$30	12 201\$50	369 563\$80	375 000\$00	—\$—	5 436\$20
Imposto de selo ... ..	1 522 004\$90	1 931 605\$40	2 079 936\$20	2 098 799\$30	229 373\$20	2 328 172\$50	1 833 333\$30	494 839\$20	—\$—
Imposto de cons. de tabac. manipul. ... ..	2 836 714\$60	7 773 632\$20	15 987 268\$00	14 222 967\$10	2 019 577\$00	16 242 544\$10	12 500 000\$00	5 496 467\$40	—\$—
Fundo de aperf. e perf. de tabaco ... ..	813 481\$00	2 348 222\$40	998 326\$40	1 374 511\$30	379 412\$00	1 753 923\$30			
Imposto de consumo de gasolina e óleos combustíveis D. L. 1666 ... ..	—\$—	58 800\$00	191 100\$00	168 000\$00	33 600\$00	201 600\$00	150 000 000\$00	10 489 263\$20	—\$—
Imposto de cons. D L. 1632 ... ..	101 703 148\$20	109 410 194\$00	123 058 369\$10	144 368 826\$10	15 918 837\$10	160 287 663\$20			
Imposto de tonelagem ... ..	403 929\$80	1 185 702\$50	1 233 163\$50	1 039 146\$20	115 200\$10	1 154 346\$30	833 333\$40	321 012\$90	—\$—
Armazenagem e outras receitas ... ..	78 785\$20	125 957\$00	190 359\$30	734 129\$20	62 160\$00	796 289\$20	125 000\$00	671 289\$20	—\$—
Taxa do tráfego aduaneiro ... ..	509 617\$70	568 936\$90	554 224\$40	384 952\$90	33 499\$60	418 452\$50	583 333\$40	—\$—	164 880\$90
Emolumentos gerais aduaneiros ... ..	105 409 868\$30	131 567 293\$80	151 712 057\$80	154 393 552\$80	19 383 990\$80	173 777 543\$60	162 500 000\$00	11 277 543\$60	—\$—
Emolumentos sanitários ... ..	9 208\$60	9 246\$90	8 030\$00	8 492\$00	836\$00	9 328\$00	125 500\$00	—\$—	3 172\$00
Emolumentos pessoais aduaneiros ... ..	10 272 694\$30	11 835 912\$60	14 160 468\$40	13 897 990\$40	1 663 579\$90	15 561 570\$30	13 166 666\$60	2 394 903\$70	—\$—
Rendimento do selo de Assistência ... ..	1 542 446\$80	1 785 052\$20	2 377 095\$50	2 578 777\$60	356 063\$00	2 934 840\$60	8 750 000\$00	—\$—	5 815 159\$40
Multas diversas ... ..	537 889\$30	702 002\$60	813 779\$60	2 045 060\$10	84 953\$00	2 130 013\$10	7 500 000\$00	—\$—	5 369 986\$90
Juros de móra ... ..	—\$—	3 048\$30	5 600\$80	126 241\$40	—\$—	126 241\$40	666 666\$60	—\$—	540 425\$20
Taxa de 4% Port. 14/81 ... ..	382 007\$00	702 094\$00	969 946\$00	802 156\$00	335 042\$00	1 137 198\$00	666 666\$60	470 531\$40	—\$—
Publicações e Impressos ... ..	5 102 508\$20	7 581 006\$60	9 235 612\$60	7 072 905\$70	930 217\$40	8 003 123\$10	7 000 000\$00	1 003 123\$10	—\$—
	426 619 867\$40	502 036 602\$30	577 782 895\$90	612 389 133\$10	74 870 097\$20	687 259 230\$30	613 595 833\$20	85 736 942\$70	12 073 545\$60

Direcção-Geral das Alfândegas, na Praia, 11 de Dezembro de 1984. — O encarregado de serviço, *Helderberto Elisio de Almeida Ribeiro*, 3.º oficial, interino. — O chefe da 2.ª secção, *Manuel Justiniano Vieira Leda*, reverificador-chefe, interino. — Visto. O director-geral, *Francisco Moreira Correia*.